



Educação para a Autocombustão no Processo de Reconciliação Nacional em Timor-Leste – O Contributo da Filosofia e das Ciências Sociais e Humanas

Filipe Abraão Couto^[1]

filipeabraao27@hotmail.com

Célia Maria da Silva Oliveira^[2]

celiaoliveira4@hotmail.com

Resumo: Através deste artigo, pretende-se auscultar o ponto da situação atual do Processo de Reconciliação Nacional em Timor-Leste e de apontar alternativas e sugerir soluções para determinados problemas levantados pela complexidade do tema. O caminho para a reconciliação para a paz poderá não estar nos processos de clamação internacional de justiça, mas no acolhimento e aceitação individual de toda a violência que foi cometida no passado. As Ciências Sociais e Humanas e particularmente a Filosofia, enquanto amor pela sabedoria e compromisso que defende imparcialmente as causas mais elevadas, poderá ter uma função importante no desvelamento da verdade dos processos de reconciliação para a paz em Timor-Leste.

Palavras-Chave: Reconciliação para a Paz; Filosofia em Timor-Leste.

Education For Self-Combustion in the National Reconciliation Process in Timor-Leste - The Contribution of Philosophy and the Social and Human Sciences

Abstract: This article aims to examine the current state of the National Reconciliation Process in Timor-Leste, identify alternatives and suggest solutions to certain problems raised by the complexity of the issue. The path to reconciliation for peace may not lie in international calls for justice, but in the individual acceptance and acknowledgement of all the violence that was committed in the past. The Social Sciences and Humanities, and particularly Philosophy, as a love of wisdom and a commitment to impartially defend the highest causes, may play an important role in uncovering the truth of the reconciliation processes for peace in Timor-Leste.

Keywords: Reconciliation for Peace; Philosophy in Timor-Leste.

[1] Investigador do NetCult – Núcleo de Estudos Transculturais da Universidade do Minho. Investigador Internacional do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Timor-Leste. Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Nacional Timor-Lorosa'e.

[2] Investigadora do GiArtes, CEHUM, Universidade do Minho, Portugal. Coordenadora do Centro de Investigação e Formação Avançada da Universidade de Díli (UNDIL), Timor-Leste.

1. Introdução

A filosofia trata de conceitos, problemas, teorias e argumentos. Sendo puramente dedutiva, ao contrário da maioria das ciências sociais e humanas, ela tem uma forma peculiar de abordar determinadas temáticas e a própria realidade em si. Não quer dizer que ela goza de um estatuto especial, é apenas diferente. Sendo a filosofia compreendida como criação de conceitos, a sua tarefa não é só a de formar cidadãos esclarecidos, com pensamento crítico e construtivo, capazes de debater e de tomar decisões com conhecimento de causa; ela também possui a capacidade de contemplar o passado, interpretar e interrogar-se sobre o presente e de apontar soluções para o futuro. Entre a realidade e a utopia, ela tem a capacidade de apresentar soluções teóricas e concetuais que abrem caminhos que, por sua vez, estimulam novas ideias. Não é de espantar que, atualmente, milhares de diplomados em filosofia estejam ao serviço de empresas da área da inovação concetual e tecnológica; pois, no fundo, devido à sua formação filosófica, estas pessoas conseguem, muitas vezes, apresentar soluções criativas e alternativas teóricas relevantes com impactos

muito significativos na dimensão tecnológica, inteligência artificial e em áreas científicas distintas.

Da mesma forma, a filosofia, enquanto amor pela sabedoria, poderá ter uma função importante no desvelamento da verdade dos processos de reconciliação para a paz em Timor-Leste. A verdadeira filosofia, incorruptível, assegura o seu compromisso para defender imparcialmente as causas mais elevadas, garante a defesa da sabedoria e a disseminação da verdade na sociedade. Enquanto médica ao serviço da humanidade, diagnostica os males da sociedade e aponta caminhos criativos para superar impasses e problemas. A filosofia em Timor-Leste ainda tenta encontrar o seu caminho, tendo dificuldade em separar-se da religião cristã e do forte traço da filosofia ocidental.

Em outros trabalhos, já se defendeu que a criação da disciplina de filosofia no ensino secundário se afigura fundamental em Timor-Leste, não só para a formação de espíritos críticos e reflexivos, não só para se estimular a formação do carácter individual e o pensamento livre e racional, mas também para prover os instrumentos necessários que visem



o desenvolvimento harmonioso da *poiesis*^[3] (RUNES, 1990) no estudante. A filosofia é, essencialmente, atividade poiética, devendo-se ensinar aos alunos que a filosofia deverá estar ao serviço da humanidade, diagnosticando os males da sociedade e apontando caminhos criativos para superar impasses e problemas. Este ponto é importante, na medida em que o ensino da filosofia em Timor-Leste pode e deve ser diferente da praticada em Portugal e na Europa. A estrutura da disciplina de filosofia no ensino secundário em Timor-Leste não poderá ser baseada na configuração temática e curricular da disciplina de filosofia do mundo ocidental. Ela deverá ter em consideração o estudo crítico da filosofia ocidental, as contribuições profundas da filosofia oriental e os tributos axiológicos das próprias culturas endógenas de Timor-Leste. Considera-se que será através da convergência curricular destes três pontos fundamentais que será possível desenvolver o pensamento crítico de e em Timor-Leste.

É neste enquadramento que se considera que a filosofia, o ensino da filosofia e as ciências sociais e huma-

nas poderão acompanhar os processos de reconciliação nacional para a paz em Timor-Leste e apontar soluções para determinados problemas desencadeados pelo problema. No caso da filosofia, esta poderá ganhar corpo e maturidade filosófica se estudar e acompanhar o processo de auscultação das vítimas, se abarcar a importância e a profundidade deste processo de reconciliação para a paz, que implica, necessariamente, compreender a violência e força potencial que nele subjaz, ao ponto de ter a capacidade de moldar o espírito humano e os rumos da própria nação.

2. O Processo de Reconciliação para a Paz em Timor-Leste

Timor-Leste é uma jovem nação que só adquiriu a sua independência política a 20 de maio de 2002, tornando-se no primeiro novo Estado soberano do século XXI. Sem pretender deturpar as palavras de Sílvia Elia, trata-se de uma “nação novíssima” (1989, pp.16-17), que, a nosso ver, está à procura da afirmação da sua identidade num contexto nacional e internacional. Neste sentido, considera-se que, em termos históri-

[3] *Poiesis* “é a atividade de criar ou de fazer, produção artística”.

cos, prevalece algumas semelhanças com outras nações que compõem a CPLP, sobretudo com Angola e Moçambique, pois, apesar de estes países terem obtido as respetivas independências políticas no século XX, as devastações das guerras civis durariam, no caso de Moçambique, até 1992, e, no caso de Angola, até 2002.

No caso de Timor-Leste, sobretudo com a ocupação indonésia, foram cometidas violações gravíssimas nos direitos humanos fundamentais que ainda se repercutem física e psicologicamente no dia-a-dia de uma grande parte dos cidadãos timorenses. Para além de ter conduzido o país para um estado de total devastação em termos de infraestruturas consideradas essenciais e básicas, é inegável que o legado desta ocupação deu lugar a uma profunda alienação do povo timorense que, lentamente, se tenta libertar.

Neste seguimento, foi criada uma comissão para o processo de reconciliação nacional, denominada Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR, 2005), estabelecida em Timor-Leste em 2001, organizada e supervisionada pelas Nações Unidas, com o objetivo de

“investigar as violações dos direitos humanos cometidas no país asiático entre abril de 1974 e outubro de 1999 e facilitar a reconciliação da comunidade com a justiça para aqueles que cometeram crimes menos graves” (Borges, 2015, p. 95). Porém, uma vez que ainda são diversas as dificuldades sentidas por esta comissão criada para a reconciliação para a paz, considera-se que a filosofia poderá prestar os seus serviços não só através da auscultação do ponto da situação atual, mas também o de apontar alternativas e sugerir soluções para determinados problemas levantados pela complexidade do tema.

Entre os desafios políticos e de direitos humanos está o facto de que muitos dos que pereceram durante o período da resistência (1975-1999), ainda hoje, têm um paradeiro incerto. Isto faz com que as famílias não possam enterrar os seus próprios mortos. Um exemplo é o corpo de Nicolau Lobato, que foi o principal líder da resistência e primeiro-ministro da autoproclamada independência timorense durante o período de 1975 e 1979. Apesar da insistência do Governo timorense, a informação do paradeiro do corpo permanece em segredo nos arquivos do Exército



Nacional da Indonésia (TNI). Embora a CAVR (2005) tenha registado inúmeros documentos, artefactos, fotografias e depoimentos relatando casos de violações de direitos e mortes durante o período de 1975-1999, ainda hoje, os responsáveis não foram julgados.

Este contexto pode favorecer o sentimento de impunidade por parte das vítimas e das suas famílias. Podemos observar isso na situação das milícias timorenses pró-indonésia e dos seus líderes. A falta de uma ação efetiva no sentido de promover julgamentos formais pelos crimes de guerra pode aumentar a tensão social, pois, entre outros contratempos, algumas pessoas não podem regressar para as suas casas e terras ancestrais das suas famílias, pois persiste o sentimento de vingança e injustiça devido à falta de identificação/reconhecimento e punição formal aos agressores. Além disso, pode gerar vinganças intergeracionais, agravando ainda mais as disputas, ressentimentos e vitimizando as futuras gerações que não possuem responsabilidade direta com os factos do passado.

Ainda que, segundo o relatório do CAVR, tenham sido constituídos pequenos tribunais tradicionais e tenha

sido feita justiça em algumas pequenas comunidades, a impunidade dos grandes crimes continua a gerar um sentimento de mal-estar entre o povo timorense que, impotente e à mercê das agendas políticas e da comunidade internacional, continua física e psicologicamente preso a um passado sombrio e turbulento.

A realização de justiça, que, para muitas vozes, deveria ter sido levada a cabo pela ONU e pela comunidade internacional, efetivamente, nunca se concretizou; e talvez não seja de esperar que um país pequeno como Timor-Leste possua força política suficiente para levar a cabo esta missão. Segundo as vozes dos principais líderes políticos de Timor-Leste, sondadas por Camila Tribess (2013, pp. 173-174), repor a justiça internacional tratar-se-ia, sem dúvida, de uma tarefa sensível e complexa para Timor-Leste, uma vez que isso implicaria o rompimento das boas relações comerciais e diplomáticas com a Indonésia. Pelo menos, esta é a percepção de Mari Alkatiri, que considera que as “boas relações com a Indonésia são mais importantes do que a conquista de justiça” (2013, p.173).

Para Ramos-Horta, é mais importante “a manutenção das boas rela-

ções” com a Indonésia do que fazer “uma caça às bruxas”. Em relação à questão do Tribunal Internacional, refere que “(...) Timor-Leste não quis, não quer e não vai gastar energias, subverter as relações com a Indonésia com um tribunal Internacional e isso só vai satisfazer os juízes e profissionais internacionais que iriam ser muito bem pagos (...)” (2013, pp.173-174).

Também Xanana Gusmão defende “um processo de reconciliação em que a justiça lide com os autores dos crimes, mas evite sentimentos residuais de vingança, ressentimento e ódio. Embora concorde com a necessidade de justiça, Xanana Gusmão é apologista de que o interesse nacional “é o de garantir a estabilidade política e social, o que significa a estabilidade ao longo da fronteira e o fortalecimento da relação com a Indonésia (2013, p. 174). Neste sentido, como refere Camila Tribess, é possível diagnosticar “uma lacuna entre as falas e depoimentos publicados pelo relatório do CAVR e o discurso e atuação das lideranças políticas do país” (p.174).

Se, por um lado, os líderes políticos timorenses não pretendem subverter as relações diplomáticas e comerciais

com a Indonésia, porque isso causaria danos irreparáveis para Timor-Leste, por outro lado, o imaginário social timorense continua enclausurado nos espectros do passado à espera de justiça. É possível assinalar, segundo as várias vozes timorenses auscultadas em 2005, a constatação de uma alienação ontológica do presente, que se repercute não só no desenvolvimento pessoal do cidadão timorense, como também no desenvolvimento da jovem nação asiática, que, alheada do presente, permanece ancorada nas sombras do passado.

3. Alguns Contributos da Filosofia e das Ciências Sociais e Humanas para o Processo de Reconciliação para a Paz em Timor-Leste

O dilema originado pelas diferentes perspetivas entre as elites políticas e o povo timorense em relação à reconciliação para a paz não pode permanecer numa tensão periclitante. Se Timor-Leste se encontra numa posição geopolítica extremamente sensível, ao ponto de nada poder fazer para se promover a justiça internacional, será que nada mais resta às várias comunidades em Timor-Leste



do que aguardar impávida e passivamente por um eventual desfecho de justiça? Será que o *pathos* trágico de vários cidadãos timorenses é o de aguardar *ad aeternum* por uma resolução internacional de justiça e legalidade? O que é verdadeiramente importante, atualmente, é interrogarmo-nos sobre o que é possível fazermos enquanto aguardamos por uma eventual resolução política e jurídica sobre a matéria.

É precisamente neste ponto em que a filosofia é necessária em qualquer sociedade. Sendo a filosofia essencialmente o amor pela sabedoria e criação de conceitos, é precisamente através do amor e da criação de novos conceitos que se pode enfrentar o presente sem se perder nada do passado, mas com os olhos voltados para o futuro. Este é o seu poder e o seu magnetismo, que nenhuma ciência possui. Quando a política não tem respostas, quando outras ciências sociais e humanas já fizeram incansavelmente o seu trabalho (CAVR), quando não há mais nada a fazer senão aguardar serenamente que os ventos do destino cumpram com a sua fiel vocação, a filosofia pode apontar novas direções e novos desafios. Não se pretende dizer com

isto que, através da filosofia, se possa encontrar a derradeira solução, mas que a sua tarefa sempre foi e sempre será, ao longo dos séculos da sua existência, a de abrir novos horizontes e de revelar novos mundos ao mundo.

No fundo, considera-se que é necessário a filosofia e as ciências sociais e humanas continuarem a enveredar pelos trilhos percorridos pela CAVR, ainda que com um sentido de missão inteiramente diferente. Ainda que as recomendações avançadas pela CAVR até agora não tenham tido qualquer eco na comunidade internacional, no sentido de se realizar a justiça formal com o Estado Indonésio, é importante sublinhar o trabalho de grande importância levado a cabo por esta comissão: em primeiro lugar, a atenção que concedeu às vozes oprimidas pelo conflito; em segundo lugar, a catarse nacional; em terceiro lugar, a contribuição destas vozes para o desenvolvimento da história nacional e da identidade de Timor-Leste; por fim, a consciencialização coletiva sobre os temas/problemas relacionados com os direitos humanos e a abertura para a interculturalidade.

Também é importante destacar a importância dos profissionais que

levaram avante a iniciativa de auscultar o que as diversas vozes oprimidas tinham a dizer sobre o conflito; neste caso, os membros desta comissão não procuraram falar pelo oprimido, secundarizando ou suprimindo a sua voz, concedendo, pelo contrário, a inteira e absoluta liberdade da fala e das narrativas individuais. O perigo, neste tipo de situações, reside, como nos lembra Spivak, quando o intelectual pretende falar por aqueles que não têm voz, acabando por subalternizar aqueles que já se encontram marginalizados pela sociedade (2010, p.21).

A desigualdade da voz constitui-se, seguramente, como um dos principais problemas do mundo contemporâneo, com amplas repercussões nos temas e problemas pós-coloniais. A desigualdade da voz pode condenar pessoas, grupos e países à inexistência. Numa perspetiva intercultural, quando não se atribui importância e reconhecimento à voz, nega-se a humanidade do outro.

Quando alguém fala e conta as suas histórias, posiciona-se face ao outro, em relação aos outros e perante determinado tema ou problema. A polifonia da vida humana estende-se, desta forma, para além das narrativas políticas e macroeconómicas.

Desta forma, o que verdadeiramente importa assinalar na CAVR é a inscrição das vozes oprimidas no mundo que, por sua vez, são portadoras de múltiplos sentidos e de variados significados identitários. Neste sentido, considera-se que é necessário continuar a procurar e a desvendar a polissemia destas vozes, não só para os processos de reconciliação para a paz para com o outro (seja o outro-indonésio ou qualquer outro), mas, sobretudo, para se levar a cabo uma reconciliação para a paz de cada indivíduo. Por outras palavras, antes de se passar de um processo de reconciliação para a paz a nível nacional, situação que talvez nunca venha a suceder, é necessário cada indivíduo passar por um processo individual de reconciliação para consigo próprio e na sua relação com um passado turbulento e extremamente violento, para si e para os seus. Assim, torna-se importante, atualmente, passado mais de vinte anos, saber como as pessoas vivem as suas vidas, o que elas pensam, sentem e como querem ou desejam que a vida seja para eles e, acima de tudo, como podem superar o trauma desencadeado pela violência colonial sem recurso a tribunais, à política e às relações internacionais.



A vida humana, muitas vezes, encontra soluções por si mesma, sem recurso a medidas políticas, jurídicas ou científicas.

Neste sentido, nunca é demais recordar Franz Fanon, um importante filósofo africano pan-africanista e a sua mensagem que despertou milhões de consciências para o processo de revolução mental necessário para afastar os traumas e fantasmas “coloniais” do passado. Embora ele considere, nas suas narrativas, os negros e as suas relações com os brancos e vice-versa, o que se pretende demonstrar é a compreensão e brilhante consequente superação psicológica desta relação, através do processo a que autor denominou “autocombustão”. Na sua obra mundialmente famosa, *Os Condenados da Terra*, o autor considera que ainda “é o colonizador quem tem feito e continua a fazer o colonizado” (1979, p. 6). Fanon defende que o oprimido ainda se encontra alienado da sua verdadeira identidade uma vez que ainda se resente de um complexo de inferioridade em relação ao homem branco. Na percepção do pensador, prevalece uma “neurose” no homem negro, porque este deseja ser como o branco: “Desde há muito tempo, o negro admi-

tiu a superioridade indiscutível dos brancos, e todos os seus esforços tendem a realizar uma existência branca” (1975, p. 34). Ao pretender equiparar-se ao ex-colonizador, ao seu antigo “mestre”, o negro africano tem concentrado todos os seus esforços nesse empreendimento, descurando a sua negrura, a sua terra, a sua cultura e o diálogo com o seu povo. Esta neurose tem impedido a libertação total do homem negro.

A premissa fundamental do autor é que, mais importante do que ser negro, o negro africano é um homem. Isto é, não é necessário, segundo Fanon, que “negros e brancos” permaneçam encerrados “na torre substancializada do passado”, porque é esta enclausura a fonte da sua alienação. É fundamental uma libertação radical do passado para levar a cabo, no presente e no futuro, a construção da identidade e da vocação individual^[4].

[4] Refere Fanon o seguinte: “Todas as vezes que algum homem faz triunfar a dignidade do espírito, todas as vezes que algum homem diz não a uma tentativa de sujeição do seu semelhante, eu sinto-me solidário com o seu ato. De nenhuma forma eu devo tirar do passado dos povos negros a minha vocação original. De nenhuma maneira eu devo prender-me a fazer reviver uma civilização negra injustamente negligenciada. Eu não me faço homem de algum passado. Eu não vou cantar o passado às custas do meu presente e do meu futuro” (1975, p. 203).

Para levar a cabo estas aspirações, é necessário ultrapassar as formas de dominação e o racismo entre brancos e negros. Convencido que o homem africano não tem de vingar os negros oprimidos dos séculos anteriores, nem de desejar a “cristalização” da culpa no homem branco sobre o passado da sua raça, Fanon conclui afirmando que “não existe uma missão negra; não existe um fardo branco” (1975, p. 205). O peso da vocação original do homem encontra-se na liberdade do que cada indivíduo pode fazer de si mesmo, sendo irrelevante invocar uma demanda histórica, ou uma máscara negra ou branca.

No caso do africano, que foi alvo de uma opressão violenta exercida sobre ele, como foi o caso da colonização, será ele próprio que terá de recorrer à violência para recuperar a sua própria humanidade. Não se trata de violência no sentido literal do termo, nem Fanon pretende com esta palavra “acender o fervor” geral. Da mesma forma que o processo de colonização foi um fenómeno violento, o processo de descolonização também terá de ser um processo violento.

Não se trata, então, de responder à violência com violência, mas a de exercer esta violência em si, centrada

no eu, para se “descolonizar”, ou auto descolonizar-se, entendido no sentido da necessidade de se operar uma descolonização mental. É no ato desta descolonização – cuja operação se realiza em si mesmo de forma violenta – que se criará uma pessoa nova, autêntica, liberta da sua condição de pessoa de cor, um indivíduo livre (1979, p.15). A resposta à violência exterior exercida sobre o indivíduo, quer tomem as formas de racismo, colonização ou de qualquer tipo de imposição, a resposta de Fanon não deixa margem para dúvidas: “a humanidade reter este fogo pela via da autocombustão” (1975, p. 9).

Não é necessário, para o negro africano, pretender equiparar-se ao seu antigo mestre, nem de reivindicar uma inscrição da verdadeira história negra nos cânones europeus, nem muito menos de lutar o racismo com racismo, ou de combater a violência com violência. Não é do passado que o indivíduo vive, mas do presente e do futuro. Não existe uma missão negra a cumprir no mundo, nem uma culpabilidade *ad eternum* do homem branco. Só o eu pode ultrapassar a violência que foi exercida sobre si próprio, só o eu pode ultrapassar as máscaras do racismo e da xenofonia,



só o eu, encontrado no presente e no futuro, pode ser autêntico.

É neste sentido preconizado por Fanon que o processo de reconciliação para a paz em Timor-Leste poderá ser reconduzido: cada indivíduo deverá ultrapassar as suas dores e os seus traumas pela via da autocombustão, pela via da violência para consigo próprio, pela via da autodescolonização do antigo agressor colono. Ou seja, é necessário responder ao desejo de justiça, ao desejo de vingança, ou a qualquer tipo de emoção negativa exercendo esta violência em si, centrada no eu. Cada um deverá encontrar o seu próprio caminho para superar as dores irreparáveis causadas por uma das maiores tragédias históricas do país. Timor-Leste deverá continuar a proporcionar os meios para se promover a catarse de cada indivíduo, de acordo com o seu ritmo, características e disposição física e mental.

Assim, na quase impossibilidade de se obter justiça de um ponto de vista intergovernamental e entre países, é necessário cada um procurar a reconciliação da verdade consigo próprio, cabendo à denominada Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação o papel de continuar

a promover essa catarse individual, com uma finalidade específica, recolhendo os depoimentos daqueles que têm algo a dizer, das inúmeras vozes que foram excluídas ou marginalizadas, das vozes que têm sido colocadas na periferia dos circuitos de comunicação e que não têm tido, por isso, a oportunidade para se expressarem devidamente. A sua nova missão: a libertação emocional e mental de cada ser humano dos escombros do passado, a reconciliação da paz de cada indivíduo para consigo próprio, o perdão concedido ao outro de forma incondicional e atemporal e a aceitação e acolhimento da violência destas nobres verdades na subjetividade de cada um. Nesta catarse, importa questionar o que cada um pode fazer para ultrapassar as mágoas do passado e como gostaria de viver a sua vida.

Sendo o Homem o representante máximo da sua cultura e dos seus valores, é a partir da sua voz que se pode apurar a sua assinatura no mundo e, através dela, a sua sabedoria. Neste sentido, dever-se-á partir das próprias culturas endógenas, através da forma como os mais velhos e mais novos vislumbram e desejam a vida, bem como as contribuições da

sabedoria popular, os provérbios, as máximas e os contos populares^[5]. Em todo este processo, talvez seja possível, tal como Oruka afirmou, não só auscultar a sabedoria popular através do sábio popular, mas também a do sábio filosófico (1991, p.5)^[6].

O mandato da CAVR provou que é possível envolver as pessoas e as comunidades num grande projeto, desde que determinado projeto faça sentido para as suas vidas e para a sua realidade; neste sentido, não encontramos razões para não se continuar este trabalho, ainda que com diretrizes diferentes, que visem não só acompanhar a evolução da vida, numa dimensão holística, como também a de estimular o despertar da sabedoria no país. Desta forma, este projeto implica uma deslocação da atenção, não só para o passado, mas para o presente; implica o olhar, atento e apaixonado, para tudo aquilo que se tem e tudo aquilo que se é; implica a passagem das memórias conturbadas do passa-

do para a contemplação e a reflexão do presente; por fim, visa a passagem da sabedoria oral para a sabedoria escrita. Não se pretende, através deste projeto, abafar as narrativas do passado, nem desenvolver uma operação de cosmética que negligencie as vozes que falaram e não foram totalmente escutadas. Pelo contrário, pretende-se continuar a auscultar estas vozes, em toda a liberdade que elas possam ter, dentro de uma temática que é importante e diz respeito a todos. A proposta da passagem de um processo de reconciliação para a paz para um processo de reconciliação do eu consigo próprio trata-se, desta forma, de um processo de reconciliação do eu para com os valores praticados na sua cultura, sem qualquer pretensão de se instaurar quaisquer nacionalismos ou essencialismos.

Neste enquadramento, dada a importância desta temática, será interessante desenvolver um projeto com um título alusivo ao despertar do indivíduo das encruzilhadas do passado, como, por exemplo, “Despertar a Sabedoria em Timor-Leste”, – ou qualquer outra designação que possa vir a ter – que se tratará de uma extensão da CAVR que se pretende fluída e harmoniosa, onde certamen-

[5] Neste ponto, é importante salientar que já foram produzidos estudos dentro destas temáticas e que devem ser aproveitados para análise, comparação, consolidação e reflexão.

[6] A filosofia dos sábios designa-se pelo conjunto de ideias filosóficas de alguns indivíduos que estão presentes nas comunidades nativas e que ainda não sofreram influências das sociedades ocidentais.



te habitará ecos do passado, mas que não deixa de ser, por isso, um poderoso estímulo em direção à valorização da voz, da verdade e da sabedoria popular e à elevação dos direitos culturais e humanos em Timor-Leste.

4. Considerações Finais

O presente texto evidencia que a filosofia, em articulação com as ciências sociais e humanas, poderá desempenhar um papel determinante nos processos de reconciliação nacional em Timor-Leste, ao possibilitar uma leitura crítica e aprofundada da violência histórica e das suas repercussões na subjetividade individual e na configuração da comunidade política. Face às limitações da justiça intergovernamental, a reconciliação com a verdade a nível individual emerge como um eixo fundamental para a consolidação de uma paz duradoura. Neste contexto, a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação afirma-se como um dispositivo ético e político de escuta, reconhecimento e inclusão das vozes historicamente marginalizadas, promovendo um processo de catarse orientado para a libertação emocional, o perdão e a integração reflexiva do passa-

do. Ao acompanhar a auscultação das vítimas, a filosofia encontra, simultaneamente, um espaço de maturação teórica e de compromisso prático, assumindo como missão a promoção da reconciliação interior, da responsabilidade individual e da construção consciente de projetos de vida orientados para a superação das mágoas e para a edificação de uma paz autêntica, sustentável e partilhada.

Referências Bibliográficas

- BORGES, Talitha (2015). *Direito à Verdade e Justiça de Transição: a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste*. Dissertação de mestrado não publicada, Mestrado Direito Internacional da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, Brasil.
- CAVR (2005) *Chega!: The Report of the Commission for Reception, Truth and Reconciliation in Timor-Leste*, Executive Summary, Dili: CAVR.
- DURAND, Frederic (2010). *História de Timor-Leste*. Tradução de Daniel Lacerda. Lisboa: Editora Lidel.
- FANON, Frantz (1975). *Pele Negra, Máscaras Brancas*. 2ª Edição. Prefácio de JEANSON, Francis. Tradução de Alexandre Pomar. Editora Paisagem.
- FANON, Franz (1979). *Os Condenados da Terra*. Civilização brasileira.
- ORUKA, Henry Odera (1991). *Sage Philosophy: Indigenous Thinkers and Modern Debate on African Philosophy*. Nairobi: African Centre For Technologies Studies Press.
- RUNES, Dagobert (1990). *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Editorial Presença.
- SENGHOR, Leopold (1969). Ce que L'Homme Noir Apporte. L'Homme de Couleur. In Castellaneta. C., *Antologia Lírica*. Milano: Sansoni.
- SÍLVIO, Elia (1989). *A Língua Portuguesa no Mundo*. São Paulo: Editora Ática.
- SPIVAK, Gayatri (2010). *Pode o Subalterno Falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- TRIBESS, Camila (2013). CAVR Timor-Leste: Disputas entre a formação de verdades e a construção de justiças. *Compreender Timor-Leste*, I, TLSA Conference 2013. 170-175.